



ESTADO DE RORAIMA
 PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
 "Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

EXCELENTÍSSIMA SENHORA MINISTRA PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

ESTADO DE RORAIMA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 84.012.012-0001/26, com sede na Av. Ville Róy, 788, Bairro São Pedro, , Boa Vista – RR, endereço que indica para fins do art. 77, V do CPC, por meio do seu procurador-geral *in fine* assinado, legitimado pelos arts. 75, II e 182 do CPC c/c inciso I, do art. 2º da LC 73/2001, vem, com fundamento no art. 102, inciso I, alínea f, da Constituição Federal e toda legislação nacional aplicada ao caso, ante a honrosa presença de Vossa Excelência, propor **AÇÃO CIVIL ORIGINÁRIA COM PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA** contra da **UNIÃO**, pessoa jurídica de direito público interno, podendo ser citada na figura da Advocacia-Geral da União – AGU, nos termos do art. 75, I, art. 182 e § 3º, do art. 242, todos do CPC, com sedes no Ed. Sede I - Setor de Autarquias Sul - Quadra 3 - Lote 5/6, Ed. Multi Brasil Corporate - Brasília-DF - CEP 70.070-030 - Ed. Sede II - Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 6 - Lote 800 - Brasília-DF - CEP 70.610-460 , o que faz mediante os substratos fáticos e jurídicos a seguir aduzidos:

I. DO FORO COMPETENTE

1. O art. 102, inciso I, alínea f da Constituição Federal de 1988 estabelece que:

"Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:

I - processar e julgar, originariamente:



[...]

f) as causas e os conflitos entre a União e os Estados, a União e o Distrito Federal, ou entre uns e outros, inclusive as respectivas entidades da administração indireta;" (Destacou-se)

2. Desse modo, verifica-se que a competência para processamento e julgamento da presente ação originária é do Supremo Tribunal Federal.



PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
 Avenida Ville Roy, nº 5281, São Pedro – CEP 69306-000 -
 Boa Vista – RR Brasil. Fax: 0**(95) 2121-2310 – Fone: 0**(95) 2121-2301

 1 



ESTADO DE RORAIMA
 PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
 "Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

II. DO CABIMENTO DA PRESENTE AÇÃO

3. Pelo que se evidenciará na sequência, a discussão ora proposta revela conflito de interesses substanciais entre as partes, capaz de afetar a harmonia e o equilíbrio nas relações institucionais.

4. Nesse sentir, esclarecedora a seguinte ementa proveniente deste colendo Sodalício:

"A Constituição da República confere ao Supremo Tribunal Federal a posição eminente de Tribunal da Federação (CF, art. 102, I, "F"), atribuindo a esta Corte, em tal condição institucional, o poder de dirimir controvérsias que, ao irromperem no seio do Estado Federal, culminam, perigosamente, por antagonizar as unidades que compõem a Federação. Essa magna função jurídico-institucional da Suprema Corte impõe-lhe o gravíssimo dever de velar pela intangibilidade do vínculo federativo e de zelar pelo equilíbrio harmonioso das relações políticas entre as pessoas estatais que integram a Federação brasileira. A aplicabilidade da norma inscrita no art. 102, I, "F", da Constituição estende-se aos litígios cuja potencialidade ofensiva revela-se apta a vulnerar os valores que informam o princípio fundamental que rege, em nosso ordenamento jurídico, o pacto da Federação. Doutrina. Precedentes. (...)" (ACC 2455 MC-AgR, Relator(a): Min. CELSO DE MELLO, Tribunal Pleno, julgado em 19/08/2015, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-219 DIVULG 03-11-2015 PUBLIC 04-11-2015)

5. De grande valia elucidar que a discussão proposta por meio da presente ação possui potencialidade capaz de vulnerar os valores que informam o princípio fundamental que rege o pacto da Federação, razão pela qual, alternativa não restou ao Estado de Roraima senão buscar a tutela jurisdicional deste Pretório Excelso.

6. A questão a ser melhor esmiuçada no bojo do petitório, emerge-se da **omissão da União no controle das fronteiras nacionais**, de modo que em razão da inviabilidade de regulação, fiscalização e normatização por parte dos demais entes federativos nessa seara, surge **um abalo nos delineamentos constitucionais de atuação**, criando, categoricamente, **uma desfuncionalidade na efetividade do exercício das competências**.

7. Logo, a **desarmonia criada por um ente federativo ao não cumprir com a moldura de distribuição de poder político deságua na oneração indevida aos entes federativos, que passam a suportar indevidamente pela inação do ente dito competente - quebra do acordo republicano em que cada ente deve cumprir seu papel constitucional**.



ESTADO DE RORAIMA
 PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
 "Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

8. Vê-se, à luz dos precedentes, que para se caracterizar a hipótese do art. 102, I, "P", da CF/88, é indispensável que, além de haver uma causa envolvendo União e Estado, essa demanda tenha densidade suficiente para abalar o pacto federativo. Em outras palavras, não é qualquer causa envolvendo União contra Estado que irá ser julgada pelo STF, mas somente quando essa disputa puder resultar **em ofensa às regras do sistema federativo**, senão vejamos precedente da Suprema Corte:

"Diferença entre conflito entre entes federados e conflito federativo: enquanto no primeiro, pelo prisma subjetivo, observa-se a litigância judicial promovida pelos membros da Federação, no segundo, para além da participação desses na lide, **a conflituosidade da causa importa em potencial desestabilização do próprio pacto federativo**. Há, portanto, distinção de magnitude nas hipóteses aventadas, sendo que o legislador constitucional restringiu a atuação da Corte à última delas nos moldes fixados no Texto Magno, e não incluiu os litígios e as causas envolvendo Municípios como ensejadores de conflito federativo apto a exigir a competência originária da Corte." (STF. Plenário. ACO 1.295-AgR-segundo, Rel. Min. Dias Toffoli, julgado em 14/10/2010).

9. Portanto, resta evidente o cabimento da presente ação, notadamente ante a presença de indiscutível conflito federativo, em razão da desfuncionalidade criada pela União ao não cumprir com a distribuição de poder político estipulado pela Constituição, a qual infere diretamente nos entes que não podem adentrar áreas de competência privativa e/ou exclusiva, gerando-se ônus insuportável pela inação de outro ente, que indevidamente não exerce de maneira efetiva suas competências constitucionais.

III. DO FATOS

10. Inicialmente, importante historiar que a crise econômica, política e social da República Bolivariana da Venezuela ensejou uma verdadeira explosão no fluxo migratório, sendo que, em dados atuais, **cerca de 50 mil venezuelanos entraram por via terrestre no Brasil**.

11. Com efeito, a entrada dos venezuelanos pela cidade de Pacaraima (RR), que deu início no fim de 2015, **tem ocorrido de forma desordenada**, o que se agrava em razão do **déficit** operacional deixado pela União nas fronteiras.

12. Importante dizer que a quantidade de venezuelanos que já cruzaram a fronteira e se estabeleceram nas praças e imóveis abandonados da cidade de Boa Vista (RR), já ultrapassa 10% (dez por cento) da população do estado, cf. relatado em reportagem que segue anexa, datada de 05.02.2018.



ESTADO DE RORAIMA
 PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
 "Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

Fuga da fome: como a chegada de 40 mil venezuelanos transformou Boa Vista

Nas contas da prefeitura, imigrantes representam mais de 10% da população da cidade. O reflexo se vê nas ruas: praças ocupadas, abrigos lotados e casas com até 31 moradores. Fluxo migratório começou em 2015, bateu recordes em 2017 e está aumentando em 2018.

Por Amely Costa, em Brasília
 1

13. As consequências desta falta de controle na fronteira Brasil/Venezuela importaram:

- (i) no aumento da criminalidade;
- (ii) na elevação quantitativa dos atendimentos nas unidades de saúde do Estado;
- (iii) aumento das matrículas para o ensino público, sem falar nos altos custos de operacionalização;
- (iv) criação de 04 (quatro) abrigos mantidos até pouco tempo pelo Governo de Roraima, que atendem nada menos que 2 (dois) mil venezuelanos; e
- (v) as possíveis epidemias.

14. Importante frisar que o Estado de Roraima, na pessoa da Exma. Sra. Governadora Maria Suely Silva Campos, **buscou por incontáveis vezes tratar do tema com as autoridades federais**, o que, inclusive, culminou na vinda de sua Exa. Presidente Michel Temer à Roraima, no dia 12.02.2018, juntamente com alguns de seus ministros para reunirem-se com autoridades locais, a fim de se estabelecer uma solução para a crise, que a essa altura já apresentava contornos de verdadeiro caos emergencial.

15. Ocorre que, desde dezembro de 2017 o Estado de Roraima já havia decretado estado de emergência social devido ao intenso processo de imigração de venezuelanos, deixando em alerta as Secretarias de Saúde, Trabalho e Bem Estar Social, Justiça e Cidadania e de Comunicação. (vide decreto anexo)

¹ <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/fuga-da-fome-como-a-chegada-de-40-mil-venezuelanos-transformou-boa-vista.ghtml>



ESTADO DE RORAIMA
 PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
 "Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

16. No entanto, apenas em 16.02.2018 é que a União, ora Requerida, achou por bem editar a Medida Provisória 820/2018, que dispõe sobre as ações de assistência emergencial para acolhimento de estrangeiros que se refugiam no Brasil para escapar de crises humanitárias em seus países de origem.

17. As medidas de assistência emergencial para acolhimento dos migrantes, **propagadas** pelo Governo Federal, incluem a priorização de políticas de proteção social, atenção à saúde, oferta educacional, garantia de direitos humanos, logística de distribuição de insumos, entre outras, também sendo priorizada a mobilidade e distribuição dos estrangeiros no País, cf. desejo manifesto deles. (vide MP 820/2018 anexa)



RELAÇÕES EXTERIORES

16/02/2018 - 10h42

Publicada medida provisória para atender venezuelanos que migram para Roraima

2

Política

Temer assina MP com ações emergenciais para venezuelanos em Roraima

Compartilhar:

URL: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/>

15/02/2018 20h25 Brasília

Marcelo Brandão - Repórter da Agência Brasil

3

18. O Senado federal, por sua vez, em 27.02.2018, realizou audiência pública na Comissão de Direitos Humanos de Legislação Participativa (CDH), que resultou em absolutamente nada de concreto.

² <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/RELAcoes-EXTERIORES/553375-PUBLICADA-MEDIDA-PROVISORIA-PARA-ATENDER-VENEZUELANOS-QUE-MIGRAM-PARA-RORAIMA.html>

³ <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-02/temer-assina-mp-com-acoes-emergenciais-para-venezuelanos-em-roraima>

[Handwritten signature] 5 *[Handwritten mark]*



ESTADO DE RORAIMA
 PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
 "Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

senadonoticias



Todas Política Economia Social Administração Tecnologia Justiça Infraes

9º Fórum Mundial da Água 30 anos da Constituição Informativas Jornal Rádio TV Fo

Home - Matérias - Comissões

Internacional Social Segurança

Imigração de venezuelanos para Roraima gera grande demanda por saúde e segurança

Da Redação | 27/02/2018, 15h54 - ATUALIZADO EM 27/02/2018, 16h20



4

19. Aliás, nada de efetivo foi implementado até o momento, mesmo após a MP 820/2018, a não ser a transferência de apenas e tão somente 266 (duzentos e sessenta e seis) venezuelanos para os Estados de São Paulo e Mato Grosso, o que representa um fator ínfimo, considerando os mais de 50 mil que, muitos deles, perambulam pelas praças da capital Boa Vista.

SÃO PAULO

Moradores de rua são transferidos de abrigo que receberá refugiados venezuelanos

Grupo de venezuelanos refugiados chega nesta quinta-feira a São Paulo. Moradores de abrigo foram avisados na quarta que não poderão permanecer no lugar.



Por Váneya Fátima, São Paulo
 27/02/2018 15h54, Atualizado às 16h20

⁴ <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/02/27/imigracao-de-venezuelanos-para-roraima-foi-debatida-em-audiencia-pela-cdh>

6



ESTADO DE RORAIMA
 PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
 "Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

Usuários do Centro Temporário de Acolhimento (CTA) São Mateus, na Zona Leste de São Paulo, foram retirados do abrigo para que refugiados venezuelanos sejam recebidos no local, segundo informou a GloboNews. Nesta quinta-feira, 116 imigrantes da Venezuela devem chegar à capital paulista.

Em 21 de fevereiro, a Prefeitura de São Paulo informou que receberia 300 refugiados venezuelanos vindos de Boa Vista, capital de Roraima. Inicialmente, foi informado que eles ficariam num abrigo na região central, dividido com pessoas em situação de rua.

Na segunda-feira (2), o prefeito João Doria disse que os imigrantes seriam acolhidos em dois centros exclusivo para eles, longe do centro da cidade. O abrigo, no entanto, já estava ocupado por pessoas em situação de rua, que só na quarta-feira foram avisados que deveriam ser transferidos.

5



Avião da FAB com mais de 150 venezuelanos sai de Roraima para São Paulo e Cuiabá

Este é o segundo voo do processo de Interiorização dos imigrantes. Nesta quinta (5), avião levou 116 estrangeiros para São Paulo.



Por: G1 RR
 Publicado em: 05/02/2018 - Atualizado em: 05/02/2018

6

20. Além da transferência de poucos venezuelanos para o sudeste e centro-oeste, a Requerida assumiu a administração e custeio dos abrigos antes mantidos pelo Requerente, o que se deu apenas no mês passado (março de 2018).

⁵ <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/moradores-de-rua-sao-retirados-de-abrigo-querecebera-refugiados-venezuelanos-em-sp.ghtml>

⁶ <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/aviao-da-fab-com-153-venezuelanos-sai-de-roraima-para-sao-paulo-e-cuiaba.ghtml>



ESTADO DE RORAIMA
 PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
 "Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

21. No que tange à transferência de recursos para reposição dos gastos já suportados e futuros, cumpre destacar que a Requerida não efetivou absolutamente nada, devendo ser reconhecido que até o atual momento o **Requerente vem suportando incalculável impacto econômico decorrente da entrada desordenada de imigrantes venezuelanos em território roraimense.**

22. De bom alvitre salientar, que em razão do abandono das fronteiras, no mês passado uma mulher foi presa com armamentos advindos da Venezuela, o que se confirma por meio das reportagens abaixo destacadas:



Mulher é presa com pistolas de uso restrito e revólveres colados ao corpo na rodoviária de Boa Vista

Prisão foi nessa terça-feira (2) quando a mulher tentava embarcar para o Amazonas. A PF, ela confessou ser integrante de uma facção criminosa e disse que armas seriam levadas a Fortaleza.

7

7

AMAZONAS

09/04/2018 - 22h01

Prisão de mulher com armas em Roraima confirma rota de contrabando do PCC via Venezuela para Manaus



Prisão de uma mulher com seis armas na rodoviária de Boa Vista confirma rota para trânsito de armamento entre as fronteiras, com influência do PCC. Foto: Divulgação

8

⁷<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/mulher-e-presa-com-pistolas-de-uso-restrito-e-revolveres-colados-ao-corpo-na-rodoviaria-de-boa-vista.ghtml>

⁸ <http://www.portalmarcossantos.com.br/2018/04/03/prisao-de-mulher-com-armas-em-roraima-confirma-rota-de-contrabando-do-pcc-via-venezuela-para-manaus/>



ESTADO DE RORAIMA
 PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
 "Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

T rês traficantes de nacionalidade venezuelana foram presos com 515 gramas de skunk e 128 cápsulas de cocaína em Boa Vista. Das cápsulas, 99 estavam no estômago de dois dos suspeitos.

Os homens foram presos pela Polícia Federal na sexta-feira (2), na zona Sul da cidade. As informações só foram divulgadas pela PF na noite desta segunda (5).

Segundo a PF, uma denúncia anônima levou os policiais aos suspeitos. Eles estavam em um hotel próximo à rodoviária internacional de Boa Vista.

Durante a ação, com um homem os agentes encontraram meio quilo de skunk. As 128 cápsulas estavam na posse dos outros dois homens, sendo que 29 estavam em uma bolsa. Eles haviam engolido 99 cápsulas.

A PF informou que foi necessário encaminhar os dois suspeitos para o Hospital Geral de Roraima para a retirada do entorpecente.

9

25. Segundo dados da Polícia Civil do Estado de Roraima, o número de homicídios no estado saltou de 24 para 44, quando comparado o período de fevereiro e março de 2017 com o mesmo período de 2018.

26. Registre-se, ainda, que os números constantes de relatório da Defesa Civil do Estado de Roraima, que segue anexo, apontam que, em apenas 04 (quatro) meses do ano em curso, **82 (oitenta e dois) crimes foram praticados por venezuelanos**, o que é estarrecedor se comparado ao ano de 2012, em que restou apurado apenas 07 (sete) crimes praticados por venezuelanos.

27. Com relação ao setor da saúde, importante salientar que o número de atendimentos nas unidades estaduais **aumentou aproximadamente 3.000%** no ano de 2017, com destaque para os partos de mulheres venezuelanas realizados na única maternidade pública desta Unidade Federativa.

⁹ <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/dois-trafficantes-sao-presos-com-quase-100-capsulas-de-cocaina-no-estomago-em-boa-vista.ghtml>



ESTADO DE RORAIMA
 PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
 "Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

28. Portanto, não há dúvida que a entrada descontrolada de venezuelanos pela fronteira Brasil/Venezuela tem causado enormes prejuízos à população deste que é o menor estado da Federação, cuja sobrevivência financeira depende, quase que exclusivamente, de repasses constitucionais.

29. Importante frisar que os relatórios anexos demonstram que os gastos anuais com estrangeiros, tão somente na área da saúde, já alcançam a cifra de R\$ 70 milhões, decorrentes de consideráveis 50.826 (cinco mil, oitocentos e vinte e seis) atendimentos,

30. Com efeito, a situação é tão crítica e urgente, a ponto de, a crise migratória em destaque, já estar ensejando a aparição de doenças antes erradicadas neste País, tal como o sarampo.

31. Já são 59 (cinquenta e nove) casos de sarampo confirmados, em 03 (três) cidades do Estado de Roraima, sendo que 234 (duzentos e trinta e quatro) casos estão sendo investigados pela Secretaria de Estado da Saúde de Roraima. (vide Boletim Epidemiológico da Vigilância Sanitária do Estado de Roraima)

ALTAMENTE CONTAGIOSO

Caso de sarampo é confirmado no Uiramutã e vira epidemia

Estado (0) | Vigilância (0)

Campanha de vacinação termina hoje e Coordenadora de Vigilância em Saúde ainda estuda como será segunda fase

Por Folha Web

Em 10/04/2018 às 10:27



A Secretaria Estadual de Saúde (Sesau) confirmou a incidência de casos de sarampo em três municípios do Estado. Com um total de 59 casos confirmados da doença, Roraima passa agora para classificação de epidemia. Os municípios são: Boa Vista, Pacaraima e agora Uiramutã.



Em uma coletiva realizada na manhã de ontem, na sede da Coordenadoria Geral em Vigilância em Saúde (CGVS), a coordenadora Daniela Souza informou que os dados apontam um total de 234 casos notificados nos Municípios de Alto Alegre, Amajari, Boa Vista, Caritá, Caroebe, Mucajaí, Pacaraima, Rorainópolis, São João da Baliza e Uiramutã. Destes, 46 casos confirmados estão em Boa Vista, 12 em Pacaraima e um em Uiramutã, totalizando 59 pessoas com a doença.

Coordenadora de Vigilância em Saúde, Daniela Souza: "A vacina é a melhor forma de prevenção" (Foto: Hione Nunes)

10

10

<http://www.folhabv.com.br/noticia/Caso-de-sarampo-e-confirmado-no-Uiramuta-e-vira-epidemia/38604>



ESTADO DE RORAIMA
 PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
 "Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

32. Neste último ano, por exemplo, **duas crianças venezuelanas com sarampo morreram no Estado de Roraima**, o que também foi retratado pela imprensa nacional:

Criança venezuelana com sarampo morre em Boa Vista

Vítima, de 4 anos, chegou desnutrida e com sintomas da doença; há 18 casos suspeitos no Estado de Roraima

Cynêdo Correia, especial para o Estado
 02 Março 2010 | 22h41

SIGA O ESTADÃO

11

33. Os dados levantados pela **Vigilância Sanitária do Estado de Roraima** revelam também casos de **outras doenças, tais como difteria, tuberculose e malária**, que surgiram como reflexo da entrada desordenada de venezuelanos em Roraima, cuja população, cf. esclarecido alhures, já representa cerca de 10% (dez por cento) da população do estado. (*vide* relatórios epidemiológicos anexos)

34. Com relação ao sistema prisional roraimense, que tal qual a maioria dos estados está em crise não é de hoje, a preocupação já tem gerado estado de alerta, **em razão das relações que criminosos venezuelanos passaram a estabelecer com membros das facções criminosas brasileiras**. Não é segredo pra ninguém que o crime organizado tem investido na expansão internacional de sua atuação, o que tem sido motivo de muita preocupação para as autoridades locais, **haja vista o aumento de presos venezuelanos nas unidades prisionais do estado**.

35. Portanto, não se trata apenas de se estabelecer boa relação com os venezuelanos que adentram livremente neste País, mas do agravamento no atendimento das necessidades básicas dos brasileiros que residem em Roraima, no âmbito da **saúde básica e sanitária, da segurança, da educação, dentre outros aspectos também relevantes**, que, de igual modo, vêm dificultando a consecução dos serviços públicos essenciais à sociedade.

36. Convém salientar que o Estado de Roraima continua sendo o estado mais pobre da Federação e, num curto espaço de tempo, **suporta a maior crise migratória dos últimos tempos**, com a entrada desordenada de cerca de 50 mil venezuelanos, devendo ficar registrado que esse número só aumenta e assusta quando confrontado com o atual número de habitantes da República Bolivariana da Venezuela, **que ultrapassa 30 milhões de pessoas**.

¹¹ <http://saude.estadao.com.br/noticias/geral/crianca-venezuelana-com-sarampo-morre-em-roraima,70002211802>



ESTADO DE RORAIMA
 PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
 "Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

37. Logo, não há dúvida que, caso uma providência urgente e efetiva não seja adotada, **no que tange ao controle de fronteira**, esse número que hoje chega a 50 mil venezuelanos pode aumentar abruptamente em um curto espaço de tempo, determinando o colapso dos serviços básicos que o Estado presta à população.

38. Assim sendo, não se trata de restrição ao direito de ir e vir, mas da **necessidade de se resguardar a soberania do estado brasileiro e a situação da população que reside em Roraima**, que vem suportando enorme sofrimento com relação à crise migratória ora contextualizada.

39. Destarte, diante do panorama ilustrado acima, alternativa não restou ao Requerente senão propor a presente *actio*, a fim de postular **ao Poder Judiciário que obrigue medidas para que a União atue de maneira mais efetiva nas fronteiras do Estado brasileiro** (que o seu dever constitucional), tendo em vista a forma desordenada de entrada de imigrantes, que facilita o cometimento de ilícitos e possibilita o real perigo à saúde pública, pois não se consubstancia uma política de prevenção sanitária nas fronteiras.

40. São os fatos.

IV. DO DIREITO

IV.1 DA FORMA FEDERATIVA - COMPETÊNCIAS

41. Nota-se que quando a Constituição Federal elencou os limites de atuação de cada ente federativo, automaticamente criou restrições de atuação, de modo que a depender da situação, uma **inercia executiva ou administrativa**, poderá ocasionar um abalo na funcionalidade da federação.

42. A situação posta é bem peculiar, pois a inação da União repercute direta e negativamente na atuação do Estado de Roraima, pois este ao não poder agir na seara de migração e fronteiriça, acaba que tem que se submeter aos consectários deletérios da inércia da Requerida.

43. Logo, não pode regulamentar nada ou tomar qualquer medida nas fronteiras e, ainda, sofre a incidência de suportar, indevida e solitariamente, os encargos gerados pela não atuação da União.

44. É de se relembrar, nos termos da Constituição da República, que a migração é de competência privativa da União, *in verbis*:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:
 [...]



ESTADO DE RORAIMA
 PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
 "Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

XV - emigração e imigração, entrada, extradição e expulsão de estrangeiros; (Destacou-se)

45. Acerca das competências administrativas da União dispôs a CRFB/88:

Art. 21. Compete à União:

[...]

XXII - executar os serviços de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras;

[...]

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

§ 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a:

[...]

III - exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras;

46. Nessa perspectiva, colaciona-se os ensinamentos do Prof. Bernardo Gonçalves acerca da forma federativa:

"A ideia de Federação está necessariamente correlacionada com a noção de território, como limite espacial do exercício de soberania estatal. Na Federação, encontramos um processo de descentralização política no qual temos a retirada de competência de um centro, mas outras entidades parciais, cuja capacidade foi concedida diretamente pela Constituição."¹²

47. Por isso mesmo, para que tal descentralização se efetive na prática, é necessária uma repartição rígida de competências entre o órgão de poder central – União – e as demais expressões regionais – via de regra, os Estados-membros, mas no caso brasileiro também os Municípios.

48. Gonçalves aduz que "o princípio federativo atua como princípio estruturante no momento em que representa uma diretriz hermenêutica dupla: Pode-se voltar ora para os aplicadores do direito, e principalmente, da Constituição; ora para o legislador no curso da elaboração das leis."¹³(Destacou-se)

49. O mesmo doutrinador relembra, oportunamente, que o "Judiciário ganha relevância no plano federativo no momento em que caberá a ele dirimir

¹² GONÇALVES, Bernardo. Curso de Direito Constitucional. Editora Juspodivm. 2013, p. 293.

¹³ GONÇALVES, Bernardo. Curso de Direito Constitucional. Editora Juspodivm. 2013, p. 293.



ESTADO DE RORAIMA
 PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
 "Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

conflitos de competência que eventualmente venham a surgir entre os entes federados.¹⁴

50. Ponto relevante a ser levantando, é a autonomia dos entes federativos, pois no atual sistema republicano, tanto os Estados, como os Municípios, **possuem diversas competências no âmbito do seu autogoverno.**

51. Nesse aspecto, o Prof. Ingo Sarlet afirma que *"o poder de auto legislação pode ser considerado um desdobramento do poder de auto-organização que é mais amplo."*¹⁵

52. Assim, Poder Legislativo das unidades federadas, quando for o caso, não implica propriamente num sistema de hierarquia ente a legislação da União e das demais entidades federativas, mas si, **um sistema onde os conflitos são resolvidos pelos seus próprios critérios decorrentes da repartição de competências,** podendo, conforme o Prof. Ingo Sarlet, *"resultar num juízo de inconstitucionalidade precisamente por ofensa ao sistema constitucional de distribuição das competências legislativas."*¹⁶(Destacou-se)

53. Destaca-se que a forma federativa, pauta-se, ainda, pelo chamado federalismo cooperativo, que teve sua origem nos EUA, mas que também foi objeto de particular desenvolvimento na experiência constitucional germânica sob a égide da Lei Fundamental de 1949, tem por finalidade a atuação conjunta tanta das unidades federadas, quanto dos Estados entre si, com o intuito de permitir um planejamento integrado e atuação conjunta em prol da consecução de objetivos comuns.

54. Evidentemente, o intuito cooperativo, possui, categoricamente, **limites na distribuição de competências delineadas pela própria Constituição,** como no exemplo, os parágrafos, do art. 24 da Carta Política de 1988.

55. Acosta-se, por oportuno, as técnicas de repartição de competências, as quais se dividem em **horizontal e vertical,** conforme os ensinamentos de Gonçalves:

Repartição Horizontal

"É a técnica na qual, há uma distribuição estanque (fechada) de competência entre os entes, ou seja, cada ente terá suas competências definidas de forma enumerada e específica, não as dividindo com nenhum outro ente. Essa técnica advém do federalismo dual ou clássico.

¹⁴ GONÇALVES, Bernardo. Curso de Direito Constitucional. Editora Juspodium. 2013, p. 294.

¹⁵ SARLET, Ingo Wolfgang. Curso de Direito Constitucional. Editora Revista dos Tribunais. 2014, p.776.

¹⁶ SARLET, Ingo Wolfgang. Curso de Direito Constitucional. Editora Revista dos Tribunais. 2014, p.776-77.



ESTADO DE RORAIMA
 PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
 "Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

Temos que a origem da repartição horizontal está situada na Constituição dos EUA de 1797. Nos EUA, existem competências enumeradas para a União e remanescentes para os Estados. O Brasil vai adotar a técnica de repartição horizontal na Constituição de 1891. Atualmente, ela também é adotada em nosso ordenamento constitucional de 1988. Sem dúvida, seguimos a lógica norte-americana na Constituição de 1988, porém, acrescentamos os Municípios como entes federativos. Assim, sendo, as competências são enumeradas para a União e também para os Municípios, e as remanescentes são direcionadas para as Estados-membros (esses continuam com competências remanescentes seguindo a tradição norte-americana)."

Repartição Vertical

"É aquela técnica na qual dois ou mais entes vão atuar conjuntamente ou concorrentemente para uma mesma matéria. A repartição vertical surge na Constituição alemã de Weimar de 1919. No Brasil, aparece pela primeira vez na Constituição de 1934. Atualmente, ela existe na Constituição de 1988. Essa técnica advém do modelo de federalismo cooperativo ou de integração." (Destacou-se)¹⁷

56. A repartição vertical (na espécie concorrente), é bom que se diga, pode ser desenvolvida de duas formas ou espécies. São elas, a repartição vertical cumulativa e repartição vertical não cumulativa, senão vejamos o quadro elaborado pelo Prof. **Bernardo Gonçalves**¹⁸:

Cumulativa	É aquela na qual não há limites previamente definidos para a atuação concorrente entre entes.
Não-cumulativa	É aquela na qual existem limites previamente definidos para atuação concorrente.

57. Notadamente, o que se visa com a demanda não é que a União implemente atos normativos, **mas que cumpra o seu papel administrativo na consecução da proteção, controle e fiscalização das fronteiras de maneira efetiva**, nos termos do que prescreve a Constituição e a legislação aplicada à espécie.

58. Como se viu, nos contornos constitucionais, a União ficou incumbida de realizar o controle de entrada de estrangeiros, ainda que estes busquem adentrar ao espaço geopolítico brasileiro na condição de refugiado.

¹⁷ GONÇALVES, Bernardo. Curso de Direito Constitucional. Editora Juspodivm. 2013, p. 293.

¹⁸ GONÇALVES, Bernardo. Curso de Direito Constitucional. Editora Juspodivm. 2013, p. 718.



ESTADO DE RORAIMA
 PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
 "Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

59. Não se desconhece a condição de "refugiados" dos cidadãos venezuelanos, mas é mister o exercício de um controle mais eficaz na fronteira, naquilo que for permitido pela Legislação. Assim, como a matéria é de competência da União, só esta poderia atuar.

60. Sabe-se, ainda, que os documentos normativos de proteção ao refugiado (Lei nº 9.474/1997 e Dec. 50.215/1961 – Convenção de Refugiados), possibilitam o controle e fiscalização nas fronteiras acerca destes cidadãos, conforme se segue:

Lei 9.474/97

Art. 3º Não se beneficiarão da condição de refugiado os indivíduos que:

I - já desfrutem de proteção ou assistência por parte de organismo ou instituição das Nações Unidas que não o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados - ACNUR;

II - sejam residentes no território nacional e tenham direitos e obrigações relacionados com a condição de nacional brasileiro;

III - tenham cometido crime contra a paz, crime de guerra, crime contra a humanidade, crime hediondo, participado de atos terroristas ou tráfico de drogas;

IV - sejam considerados culpados de atos contrários aos fins e princípios das Nações Unidas.

61. Ademais, é de se destacar que as matérias pertinentes à defesa de saúde e da vigilância sanitária **em área de fronteira** (situação emergente, iminente e real no Estado de Roraima), na distribuição de competências realizada pelo Sistema Único de Saúde - SUS, como não poderia deixar de ser, **ficou destinado à União**.

62. Prescreveu a Lei Nacional nº 8.080/90:

Art. 16. A direção nacional do Sistema Único da Saúde (SUS) compete:
 [...]

VII - estabelecer normas e **executar a vigilância sanitária** de portos, aeroportos e **fronteiras**, podendo a execução ser complementada pelos Estados, Distrito Federal e Municípios; (Destacou-se)

63. O Decreto nº 7.508/2011 regulamentou a Lei no 8.080/90, para dispor pormenorizadamente sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa.

64. Logo em seu art. 2º, IV, o Decreto nº 7.508/2011 define o que são as Comissões Intergestores, *in verbis*:



ESTADO DE RORAIMA
 PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
 "Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

Art. 2º Para efeito deste Decreto, considera-se:

[...]

IV - Comissões Intergestores - instâncias de pactuação consensual entre os entes federativos para definição das regras da gestão compartilhada do SUS;

65. O Decreto regulamentar, nos moldes do art. 30, estipula diretrizes moldurais de competências e atribuições às comissões, segue:

Art. 30. As Comissões Intergestores pactuarão a organização e o funcionamento das ações e serviços de saúde integrados em redes de atenção à saúde, sendo:

I - a CIT, no âmbito da União, vinculada ao Ministério da Saúde para efeitos administrativos e operacionais;

II - a CIB, no âmbito do Estado, vinculada à Secretaria Estadual de Saúde para efeitos administrativos e operacionais; e

III - a Comissão Intergestores Regional - CIR, no âmbito regional, vinculada à Secretaria Estadual de Saúde para efeitos administrativos e operacionais, devendo observar as diretrizes da CIB.

Art. 31. Nas Comissões Intergestores, os gestores públicos de saúde poderão ser representados pelo Conselho Nacional de Secretários de Saúde - CONASS, pelo Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde - CONASEMS e pelo Conselho Estadual de Secretarias Municipais de Saúde - COSEMS.

Art. 32. As Comissões Intergestores pactuarão;

I - aspectos operacionais, financeiros e administrativos da gestão compartilhada do SUS, de acordo com a definição da política de saúde dos entes federativos, consubstanciada nos seus planos de saúde, aprovados pelos respectivos conselhos de saúde;

II - diretrizes gerais sobre Regiões de Saúde, integração de limites geográficos, referência e contrarreferência e demais aspectos vinculados à integração das ações e serviços de saúde entre os entes federativos;

III - diretrizes de âmbito nacional, estadual, regional e interestadual, a respeito da organização das redes de atenção à saúde, principalmente no tocante à gestão institucional e à integração das ações e serviços dos entes federativos;

IV - responsabilidades dos entes federativos na Rede de Atenção à Saúde, de acordo com o seu porte demográfico e seu desenvolvimento econômico-financeiro, estabelecendo as responsabilidades individuais e as solidárias; e



ESTADO DE RORAIMA
 PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
 "Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

V - referências das regiões intraestaduais e interestaduais de atenção à saúde para o atendimento da integralidade da assistência.

66. A par dessas questões, nota-se que as Comissões poderão criar Regiões de Saúde, que se caracterizam por ser *"um espaço geográfico contínuo constituído por agrupamentos de Municípios limítrofes, delimitado a partir de identidades culturais, econômicas e sociais e de redes de comunicação e infraestrutura de transportes compartilhados, com a finalidade de integrar a organização, o planejamento e a execução de ações e serviços de saúde."* (art. 2º, I, do Decreto nº 7.508/2011).

67. Os arts. 4º e 5º, do Decreto regulamentar sob análise orienta sobre a criação das regiões de saúde, senão vejamos:

Seção I
 Das Regiões de Saúde

Art. 4º As Regiões de Saúde serão **instituídas pelo Estado**, em articulação com os Municípios, respeitadas as diretrizes gerais pactuadas na Comissão Intergestores Tripartite - CIT a que se refere o inciso I do art. 30.

§ 1º Poderão ser instituídas Regiões de Saúde interestaduais, compostas por Municípios limítrofes, por ato conjunto dos respectivos Estados em articulação com os Municípios.

§ 2º A **instituição de Regiões de Saúde situadas em áreas de fronteira com outros países deverá respeitar as normas que regem as relações internacionais.**

Art. 5º Para ser instituída, a Região de Saúde deve conter, no mínimo, ações e serviços de:

- I - atenção primária;
- II - urgência e emergência;
- III - atenção psicossocial;
- IV - atenção ambulatorial especializada e hospitalar; e
- V - vigilância em saúde.

68. Devido a competência da Comissão Intergestores Bipartite do Estado de Roraima - CIB/RR, esta por meio da Resolução 016/2012, publicada no DOE nº 1.769, do dia 13 de abril de 2012, instituiu as Regiões de Saúde do Norte e do Sul, sendo naquela primeira incluída o município de Pacaraima, confira-se:



ESTADO DE RORAIMA
 PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
 "Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

RESOLUÇÃO Nº 16/2012

O COORDENADOR DA COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e em cumprimento aos dispositivos constantes do seu Regimento Interno, e

Considerando o Decreto nº 7.508 de 28 de julho de 2011, que regulamenta a Lei 8.080 de 1990 e em seu Capítulo II diz que a Organização do SUS se dá de forma regionalizada e hierarquizada;

Considerando a Lei 12.466 de 24 de agosto de 2011 que acrescenta Artigos a 8.080 dispendo sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços através das comissões intergestores;

Considerando a Resolução da CIT nº 01 de 29 de dezembro de 2011 que estabelece as diretrizes para instituição de Regiões de Saúde no âmbito do SUS e delega competência para as Comissões Intergestores a competência de foros de negociação e pactuação do funcionamento e organização das ações e serviços de saúde dentro dos espaços regionalizados;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.979 de 15 de dezembro de 2011, que dispõe sobre a transferência de recursos de custeio para implantação, implementação e fortalecimento das Comissões intergestores regionais e Sistema de Planejamento do SUS;

Considerando ainda ser consenso entre Conselho dos Secretários Municipais de Saúde-COSEMS/RR e Secretaria de Estado da Saúde-SESAU/RR.

RESOLVE:

Art. 1º - Reconhecer a Constituição de Duas Regiões de Saúde no Estado de Roraima, denominadas Região Sul e Região Centro Norte, anexo I;

§ 1º - A Região Sul composta pelos municípios de Iracema, Caracarái, São Luiz, São João da Paliza, Caracarái e Rorainópolis;

§ 2º - A Região Centro Norte composta pelos municípios de Alto Alegre, Amajari, Pacaraima, Uiramutã, Normandia, Bonfim, Cantá, Mucujai e Boa Vista;

Art. 2º - Reconhecer as CIR's como Foro Interfederativo Regional de negociação e pactuação de matérias relacionadas à organização e ao funcionamento das ações e serviços de saúde integrados em rede de atenção à saúde;

Art. 3º - Acordar as orientações para organização e funcionamento das Comissões Intergestores Centro Norte e Sul constantes nos Regimentos Internos, Anexos II e III desta resolução;

Art. 4º - Esta resolução entrará em vigor a partir da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

Boa Vista (RR), 12 de abril de 2012.

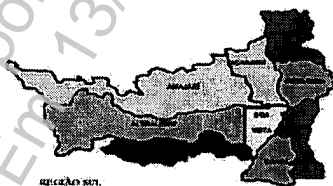
ANGELI TEIXEIRA BRANDÃO DUTRA
 Secretária de Estado de Saúde de Roraima-Substituto
 Presidente da Comissão Intergestora

JOSÉLEON CAMARA SILVA
 Presidente do COSEMSOR
 Secretário de Saúde do Município de

ANEXO I RESOLUÇÃO

CIB/RR Nº 16/2012

REGIÃO CENTRO-NORTE



Municípios	População Estimada
ALTO ALEGRE	2810
AMAJARI	11.575
CARACARAI	6.200
BOA VISTA	77.681
BONFIM	10.219
CANTÁ	13.400
MUCUJAI	14.171
NORMANDIA	6.258
PACARAIMA	10.239
UIRAMUTÁ	21.983
TOTAL	218.756



Municípios	População Estimada
CARACARAI	13.584
CARACARAI	7.679
RORAINÓPOLIS	3.993
SÃO JOÃO DA PALIZA	4.824
MUCUJAI	6.321
IRACEMA	2.200
TOTAL	64.872

69. Destaca-se que as regiões de saúde que estejam em área de fronteira terão sua operacionalização determinadas pela Comissão Intergestores Tripartite - CIT, ou seja, competência da União tratar sobre suas execuções operacionais. Assim, preleciona o art. 32, parágrafo único do Decreto nº 7.508/2011:



ESTADO DE RORAIMA
 PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
 "Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

Art. 32. As Comissões Intergestores pactuarão:

Parágrafo único. Serão de competência exclusiva da CIT a pactuação:

- I - das diretrizes gerais para a composição da RENASES;
- II - dos critérios para o planejamento integrado das ações e serviços de saúde da Região de Saúde, em razão do compartilhamento da gestão; e
- III - das diretrizes nacionais, do financiamento e das questões operacionais das Regiões de Saúde situadas em fronteiras com outros países, respeitadas, em todos os casos, as normas que regem as relações internacionais.

70. Não se pode olvidar, ainda, que a União celebrou com o país da Venezuela **Acordo de Cooperação Sanitária Fronteiriça** (Decreto nº 59/1991), de modo que vale colacionar alguns fragmentos:

ACORDO SOBRE COOPERAÇÃO SANITÁRIA FRONTEIRIÇA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DA VENEZUELA.

O Governo da República Federativa do Brasil
 E
 O Governo da República da Venezuela,

Considerando que os povos de ambos os países têm interesse comum na promoção, no fomento, e na conservação e na restituição da saúde, e que seus esforços cooperativos para intercambiar conhecimentos técnicos e práticos contribuirão para que se atinja tal fim, Aceitando o princípio universal de que não devem existir fronteiras, tanto para obrigação dos Governos no que se refere ao cuidado das saúde de seus povos, quanto ao direito de seus cidadãos receberem proteção sanitária,
 Acordaram o seguinte:

ARTIGO I

Os Governos do Brasil e da Venezuela comprometem-se a adotar as medidas preventistas e de controle, de acordo com suas possibilidades, tendentes a resolver os **problemas de suas zonas fronteiriças**, no que diz respeito à malária, tripanosomíase, febre amarela, oncocercose, hanseníase, leishmaniose, doenças venéreas, tuberculose, hepatites e saneamento ambiental.

71. Vê-se, portanto, que todo o arcabouço normativo constitucional e legal corroboram de maneira clara e evidente na constatação da **omissão sistematizada da União** em atuar nas áreas de sua competência, de modo que uma fiscalização mais



ESTADO DE RORAIMA
 PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
 "Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

intensiva e efetiva no controle de entrada e a consubstanciação de barreiras sanitárias **em área de fronteira** – tudo isso de atuação a qual só a União pode executar -, reestabeleceria a harmonia federativa pela qual passa por intenso abalo.

72. Sobre esse aspecto é importante salientar que o **Governo Federal não dá a necessária prioridade ao Estado de Roraima** pois, desde 2016 a Governadora do Estado solicita, **sem êxito**, a instalação de uma barreira sanitária.

IV.3 ESTADOS DE COISAS INCONSTITUCIONAIS

73. O Estado de Coisas Inconstitucional ocorre quando se verifica a existência de um quadro de **violação generalizada e sistêmica de direitos fundamentais**, - causado pela **inércia ou incapacidade reiterada e persistente das autoridades públicas em modificar a conjuntura**, - de modo que apenas transformações estruturais da atuação do Poder Público e a atuação de uma pluralidade de autoridades podem alterar a situação inconstitucional.¹⁹

74. A ideia de que pode existir um Estado de Coisas Inconstitucional e que a Suprema Corte do país pode **atuar para corrigir essa situação** surgiu na Corte Constitucional da Colômbia, em 1997, com a chamada "Sentencia de Unificación (SU)". Foi aí que primeiro se utilizou essa expressão. Depois disso, a técnica já teria sido empregada em mais nove oportunidades naquela Corte.

75. Segundo aponta Carlos Alexandre de Azevedo Campos²⁰, citado na petição da ADPF 347, para reconhecer o estado de coisas inconstitucional, exige-se que estejam presentes as seguintes condições:

- a) **vulneração massiva e generalizada de direitos fundamentais de um número significativo de pessoas;**
- b) **prolongada omissão das autoridades no cumprimento de suas obrigações para garantia e promoção dos direitos;**
- b) a **superação das violações de direitos pressupõe a adoção de medidas complexas por uma pluralidade de órgãos**, envolvendo mudanças estruturais, que **podem depender da alocação de recursos públicos, correção das políticas públicas existentes ou formulação de novas políticas**, dentre outras medidas; e
- d) **potencialidade de congestionamento da justiça**, se todos os que tiverem os seus direitos violados **acorrerem individualmente ao Poder Judiciário.**

¹⁹ conceito baseado nas lições de Carlos Alexandre de Azevedo Campos (*O Estado de Coisas Inconstitucional e o litígio estrutural*. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2015-set-01/carlos-campos-estado-coisas-inconstitucional-litigio-estrutural>), artigo cuja leitura se recomenda.

²⁰ <https://www.conjur.com.br/2015-set-01/carlos-campos-estado-coisas-inconstitucional-litigio-estrutural>



ESTADO DE RORAIMA
 PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
 "Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

76. O Estados de Coisas Inconstitucional gera um "litígio estrutural", ou seja, existe um número amplo de pessoas que **são atingidas pelas violações de direitos**. Diante disso, para enfrentar litígio dessa espécie, a Corte terá que fixar "remédios estruturais" voltados à formulação e execução de políticas públicas, **o que não seria possível por meio de decisões mais tradicionais**.

77. A Corte adota, portanto, uma postura de ativismo judicial estrutural diante da **omissão dos Poderes Executivo e Legislativo**, que não tomam medidas concretas para resolver o problema, normalmente por falta de vontade política. Aqui, destaca-se que a **omissão unilateral estrutural da União** abala sobremaneira todas as necessidades de execução de **políticas públicas no caso de imigrantes, da deficiência na fiscalização, da inexistência de prevenção sanitária nas fronteiras, das inconsistências de alocação de recursos para subsidiar a execução de serviços públicos, do déficit quanto ao contingente de pessoal nas fronteiras e etc.**

78. Nota-se, então, que tal omissão ao seu dever federativo, cria uma violação sistêmica aos direitos humanos (refugiados) e fundamentais (nacionais), pois cabe à União conduzir todas as medidas necessária de harmonização administrativa e, com sua omissão, abala-se a estrutura federativa em razão da impossibilidade de o Estado de Roraima assumir tal missiva.

79. Aliás, os precedentes internacionais sobre a utilização do Estados de Coisas Inconstitucional surgiram justamente na omissão do Estado (façamos aqui uma analogia à omissão da União) em proteger e garantir os direitos aos cidadãos que migravam em razão de inconsistências políticas no País, senão vejamos:

O caso do deslocamento forçado de pessoas em decorrência do contexto de violência na Colômbia, decidido na *Sentencia T-025, de 2004*[8], é o mais importante do gênero. O deslocamento interno forçado de pessoas é um fenômeno típico de países mergulhados em violência, como é o caso da Colômbia. As pessoas são forçadas a migrar dentro do território colombiano, obrigadas a abandonar seus lares e suas atividades econômicas porque as ações violentas de grupos como as Farc ameaçam suas vidas, a integridade física das famílias, não havendo segurança ou liberdade nesses contextos. Todavia, a sociedade civil e as autoridades públicas colombianas, por muitos anos, simplesmente ignoraram as condições às quais se submetiam essas pessoas durante e após os deslocamentos.²¹

80. Nessa esteira, traz-se à colação trecho da ADPF nº 347:

²¹ <https://www.conjur.com.br/2015-set-01/carlos-campos-estado-coisas-inconstitucional-litigio-estrutural>



ESTADO DE RORAIMA
 PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
 "Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

O reconhecimento do Estado de Coisas Inconstitucional é uma técnica que não está expressamente prevista na Constituição ou em qualquer outro instrumento normativo e, considerando que "confere ao Tribunal uma ampla latitude de poderes, tem-se entendido que a técnica só deve ser manejada em hipóteses excepcionais, em que, **além da séria e generalizada afronta aos direitos humanos**, haja também a constatação de que a intervenção da Corte é essencial para a solução do gravíssimo quadro enfrentado. São casos em que se identifica um **"bloqueio institucional"** para a garantia dos direitos, o que leva a Corte a assumir um papel atípico, sob a perspectiva do princípio da separação de poderes, **que envolve uma intervenção mais ampla sobre o campo das políticas públicas.**"

81. Vislumbra-se uma subsunção da situação até então delineada com a conceituação de Estado de Coisas Inconstitucional, que, à luz dos precedentes da Suprema Corte, possibilita uma atuação mais enérgica do Judiciário para que a União passe a executar de maneira efetiva o seu papel na federação.

82. Aproveitando o espiral argumentativo, colacionará a melhor doutrina sobre separação de poderes e o princípio da justiça, a fim de demonstrar que a atuação do judiciário, nos moldes dos pedidos deduzidos nessa demanda, irão concretizar os mandamentos de otimização da Constituição da República.

IV.4 SEPARAÇÃO DOS PODERES - POSSIBILIDADE DE INTERFERÊNCIA DO PODER JUDICIÁRIO E CORROBORAÇÃO AO PRINCÍPIO DA JUSTEZA

83. Na perspectiva de Barroso (2013, p. 197)²², é ensinado que na experiência brasileira, a doutrina mais autorizada extrai do ideal de separação dos poderes dois corolários: 1) a especialização funcional e a necessidade de independência orgânica de cada um dos Poderes em face dos demais e 2) a especialização funcional inclui a titularidade, por cada Poder, de determinadas competências privativas.

84. A independência orgânica demanda, na conformação da experiência presidencialista brasileira atual, três requisitos: (i) uma mesma pessoa não poderá ser membro de mais de um Poder ao mesmo tempo, (ii) um Poder não pode destituir os integrantes de outro por força de decisão exclusivamente política; e (iii) a cada Poder são atribuídas, além de suas funções típicas ou privativas, outras funções (chamadas normalmente de atípicas), como reforço de sua independência frente aos demais poderes.

²² BARROSO, Luís Roberto. *Curso de direito constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo* / Luís Roberto Barroso. – 4. Ed. – São Paulo : Saraiva, 2013



ESTADO DE RORAIMA
 PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
 "Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

85. Barroso (2013)²³ afirma que a CRFB/88, em sua globalidade, delinea o relacionamento entre Legislativo, Executivo e Judiciário. Outrossim, apenas haverá violação à cláusula pétreia de separação de poderes se **o seu conteúdo moldural de sentido tiver sido afetado.**

86. Assim, se a modificação provocar uma concentração de funções em um poder ou consagrar uma instância que se sobreponha sobre as outras e na mesma linha se **houver inovação introduzida no sistema de freios e contrapesos**, esvazia-se a **independência orgânica dos Poderes ou suas competências típicas.**

87. Verifica-se, dessa forma, que a concepção construída pelo pós-positivismo com enfoque na doutrina norte americana e adotada pelos estudos de **judicialização possuem pontos convergentes, que subsidiam a centralidade do juiz na efetivação dos direitos.**

88. Aliás, algumas concepções vão além, ao estabelecerem que sistematicamente as buscas elaboradas no campo do direito também **devem seguir o referencial judicial**, o que alça o Judiciário a um verdadeiro lugar pentecostal de discussão de acadêmicos, profissionais do direito e atores políticos. (ASENSI, 2013).

89. Com Montesquieu, sob a inspiração de Locke, vislumbrou-se a necessidade de interconectar as funções estatais, a fim de manter a autonomia e independência que lhe são típicas, nascendo daí a famosa teoria dos freios e contrapesos (*check and balacens*) (GONCALVES, 2013)²⁴.

90. Gonçalves em percuciente exposição, delinea os consectários da Separação dos Poderes, vejamos:

"Essas teorias acabaram por influenciar o constitucionalismo norte-americano, bem como a formação do seu projeto constituinte. Nesses termos, a ideia fundamental da doutrina da separação dos Poderes, portanto, é evitar a concentração do exercício despótico do poder, isto porque as consequências da concentração do Poder são desastrosas. Daí, fácil percebermos que o princípio da separação dos Poderes é, senão de todas, uma das principais garantias das liberdades públicas. Sem a contenção do poder, o seu exercício ilimitado desborda para práticas iníquas e arbitrarias, **pondo em risco a liberdade.** Ao revés, poder limitado é liberdade garantida. Daí a importância de um equilibrado sistema de freios e contrapesos, **em virtude do qual o poder possa controlar o poder.**" (Destacou-se).

²³ BARROSO, Luís Roberto. Curso de direito constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo / Luis Roberto Barroso. – 4. Ed. – São Paulo : Saraiva, 2013

²⁴ Curso de Direito Constitucional. Bernardo Gonçalves Fernandes. 2013, p. 294.



ESTADO DE RORAIMA
 PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
 "Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

91. O Prof. José Afonso da Silva traz perspectiva relevante sobre a **independência e harmonia dos Poderes**, senão vislumbremos seus ensinamentos:

"A independência dos poderes significa: a) que a investidura e a permanência das pessoas num dos órgãos do governo **não dependem da confiança nem da vontade dos outros**; b) que, no exercício das atribuições que lhes sejam próprias, não precisam os titulares **consultar os outros nem necessitam de sua autorização**; c) que, na organização dos respectivos serviços, cada um é livre, observadas apenas as disposições constitucionais e legais; assim é que cabe ao Presidente da República prover e extinguir cargos públicos da Administração federal, bem como exonerar ou demitir ocupantes, [...]" (Destacou-se).

A **harmonia** entre os poderes verifica-se primeiramente pelas normas de cortesia no trato recíproco e **no respeito às prerrogativas e faculdades a que mutuamente todos têm direito**. De outro lado, cabe assinalar que nem a **divisão de funções entre os órgãos** do poder nem sua independência são absolutas. Há **interferências**, que visam ao estabelecimento de um sistema de freios e contrapesos, à **busca do equilíbrio necessário à realização do bem da coletividade e indispensável para evitar o arbítrio e o desmando de um em detrimento do outro e especialmente dos governados**." (Destacou-se).²⁵

92. No acórdão da ADI 3.046/SP *apud* ADI 775/RS, alguns fundamentos são esposados pertinentes ao princípio da separação dos poderes, senão vejamos:

"Nas palavras do Ministro Sepúlveda Pertence, "[a] fiscalização legislativa da ação administrativa do Poder Executivo, não há dúvida, é um dos contrapesos da Constituição Federal à separação e independência de Poderes: cuida-se, porém, de interferência que só a Constituição da República pode legitimar", **não sendo "dado criar novas interferências de um Poder na órbita de outro, que não derive explícita ou implicitamente de regra ou princípio da Lei Fundamental da República"** (ADI nº 3.046/SP, Relator o Ministro Sepúlveda Pertence, DJ de 28/5/2004) (Destacou-se).

93. Parece-nos razoável, no caso em apreço, a legitimidade do Poder Judiciário interferir aos contornos de inércia da União, pois estará atuando dentro dos limites permitidos, tendo em vista a violação patente aos mandamentos e obrigações constitucionais/legais.

94. Em questões de fundo ontológico parecido, quando determinado Poder deixa de cumprir com suas obrigações constitucionais, o Poder Judiciário emerge

²⁵ Curso de Direito Constitucional Positivo. José Afonso da Silva. 35ª edição. 2012, p. 110.



ESTADO DE RORAIMA
 PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
 "Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

como guardião da Constituição, obrigando ao cumprimento efetivo da CRFB/88. São vários os precedentes, *in verbis*:

EMENTA: CRIANÇA DE ATÉ CINCO ANOS DE IDADE. ATENDIMENTO EM CRECHE MUNICIPAL. EDUCAÇÃO INFANTIL. DIREITO ASSEGURADO PELO PRÓPRIO TEXTO CONSTITUCIONAL (CF, ART. 208, IV, NA REDAÇÃO DADA PELA EC Nº 53/2006). COMPREENSÃO GLOBAL DO DIREITO CONSTITUCIONAL À EDUCAÇÃO. DEVER JURÍDICO CUJA EXECUÇÃO SE IMPÕE AO PODER PÚBLICO, NOTADAMENTE AO MUNICÍPIO (CF, ART. 211, § 2º). O PAPEL DO PODER JUDICIÁRIO NA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PREVISTAS NA CONSTITUIÇÃO E NÃO EFETIVADAS PELO PODER PÚBLICO. A FÓRMULA DA RESERVA DO POSSÍVEL NA PERSPECTIVA DA TEORIA DOS CUSTOS DOS DIREITOS: IMPOSSIBILIDADE DE SUA INVOCAÇÃO PARA LEGITIMAR O INJUSTO INADIMPLEMENTO DE DEVERES ESTATAIS DE PRESTAÇÃO CONSTITUCIONALMENTE IMPOSTOS AO PODER PÚBLICO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO PROVIDO. – [...] O objetivo perseguido pelo legislador constituinte, em tema de educação infantil, especialmente se reconhecido que a Lei Fundamental da República delineou, nessa matéria, um nítido programa a ser implementado mediante adoção de políticas públicas consequentes e responsáveis – notadamente aquelas que visem a fazer cessar, em favor da infância carente, a injusta situação de exclusão social e de desigual acesso às oportunidades de atendimento em creche e pré-escola –, traduz meta cuja não realização qualificar-se-á **como censurável situação de inconstitucionalidade por omissão imputável ao Poder Público**. Ao julgar a ADPF 45/DF, Rel. Min. CELSO DE MELLO, proferi decisão assim ementada (Informativo/STF nº 345/2004): "ARGÜIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL. A QUESTÃO DA LEGITIMIDADE CONSTITUCIONAL DO CONTROLE E DA INTERVENÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO EM TEMA DE IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS, QUANDO CONFIGURADA HIPÓTESE DE ABUSIVIDADE GOVERNAMENTAL. DIMENSÃO POLÍTICA DA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL ATRIBUÍDA AO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. INOPONIBILIDADE DO ARBÍTRIO ESTATAL À EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS, ECONÔMICOS E CULTURAIS. CARÁTER RELATIVO DA LIBERDADE DE CONFORMAÇÃO DO LEGISLADOR. CONSIDERAÇÕES EM TORNO DA CLÁUSULA DA 'RESERVA DO POSSÍVEL'. NECESSIDADE DE PRESERVAÇÃO, EM FAVOR DOS INDIVÍDUOS, DA INTEGRIDADE E DA INTANGIBILIDADE DO NÚCLEO CONSUBSTANCIADOR DO 'MÍNIMO EXISTENCIAL'. VIABILIDADE INSTRUMENTAL DA ARGÜIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO NO PROCESSO DE CONCRETIZAÇÃO DAS LIBERDADES POSITIVAS (DIREITOS CONSTITUCIONAIS DE SEGUNDA GERAÇÃO).[...]A situação de inconstitucionalidade pode derivar de um comportamento ativo do Poder Público, que age ou edita normas em desacordo com o que



ESTADO DE RORAIMA
 PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
 "Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

dispõe a Constituição, ofendendo-lhe, assim, os preceitos e os princípios que nela se acham consignados. Essa conduta estatal, que importa em um 'facere' (atuação positiva), gera a inconstitucionalidade por ação. – **Se o Estado deixar de adotar as medidas necessárias à realização concreta dos preceitos da Constituição, em ordem a torná-los efetivos, operantes e exequíveis, abstendo-se, em consequência, de cumprir o dever de prestação que a Constituição lhe impôs, incidirá em violação negativa do texto constitucional.** Desse 'non facere' ou 'non praestare', resultará a inconstitucionalidade por omissão, que pode ser total, quando é nenhuma a providência adotada, ou parcial, quando é insuficiente a medida efetivada pelo Poder Público.

..... – **A omissão do Estado – que deixa de cumprir, em maior ou em menor extensão, a imposição ditada pelo texto constitucional – qualifica-se como comportamento revestido da maior gravidade político-jurídica, eis que, mediante inércia, o Poder Público também desrespeita a Constituição, também ofende direitos que nela se fundam e também impede, por ausência de medidas concretizadoras, a própria aplicabilidade dos postulados e princípios da Lei Fundamental.** (RTJ 185/794-796, Rel. Min. CELSO DE MELLO, Pleno) É certo – tal como observei no exame da ADPF 45/DF, Rel. Min. CELSO DE MELLO (Informativo/STF nº 345/2004) – que não se inclui, ordinariamente, no âmbito das funções institucionais do Poder Judiciário – e nas desta Suprema Corte, em especial – a atribuição de formular e de implementar políticas públicas (JOSÉ CARLOS VIEIRA DE ANDRADE, "Os Direitos Fundamentais na Constituição Portuguesa de 1976", p. 207, item n. 05, 1987, Almedina, Coimbra), pois, nesse domínio, o encargo reside, primariamente, nos Poderes Legislativo e Executivo. [...]. As razões ora expostas convencem-me, portanto, da inteira procedência da pretensão recursal deduzida pela recorrente, seja em face das considerações que expendeu no recurso extraordinário, seja, ainda, em virtude dos próprios fundamentos que dão suporte a diversas decisões sobre o tema em análise, já proferidas no âmbito desta Suprema Corte (AI 455.802/SP, Rel. Min. MARCO AURÉLIO – AI 475.571/SP, Rel. Min. MARCO AURÉLIO – ARE 698.258/SP, Rel. Min. TEORI ZAVASCKI – RE 401.673/SP, Rel. Min. MARCO AURÉLIO – RE 410.715- -AgR/SP, Rel. Min. CELSO DE MELLO – RE 411.518/SP, Rel. Min. MARCO AURÉLIO – RE 436.996/SP, Rel. Min. CELSO DE MELLO – RE 463.210-AgR/SP, Rel. Min. CARLOS VELLOSO – RE 464.143-AgR/SP, Rel. Min. ELLEN GRACIE – RE 592.937-AgR/SC, Rel. Min. CEZAR PELUSO – RE 909.986/DF, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA – RE 919.489/DF, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, v.g.): "CRIANÇA DE ATÉ CINCO ANOS DE IDADE – ATENDIMENTO EM CRECHE E EM PRÉ-ESCOLA – SENTENÇA QUE OBRIGA O MUNICÍPIO DE SÃO PAULO A MATRICULAR CRIANÇAS EM UNIDADES DE ENSINO INFANTIL PRÓXIMAS DE SUA RESIDÊNCIA OU DO ENDEREÇO DE TRABALHO DE SEUS RESPONSÁVEIS LEGAIS, SOB PENA DE MULTA DIÁRIA POR



ESTADO DE RORAIMA
 PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
 "Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

CRIANÇA NÃO ATENDIDA - LEGITIMIDADE JURÍDICA DA UTILIZAÇÃO DAS 'ASTREINTES' CONTRA O PODER PÚBLICO - DOCTRINA - JURISPRUDÊNCIA - OBRIGAÇÃO ESTATAL DE RESPEITAR OS DIREITOS DAS CRIANÇAS - EDUCAÇÃO INFANTIL - DIREITO ASSEGURADO PELO PRÓPRIO TEXTO CONSTITUCIONAL (CF, ART. 208, IV, NA REDAÇÃO DADA PELA EC Nº 53/2006) - COMPREENSÃO GLOBAL DO DIREITO CONSTITUCIONAL À EDUCAÇÃO - DEVER JURÍDICO CUJA EXECUÇÃO SE IMPÕE AO PODER PÚBLICO, NOTADAMENTE AO MUNICÍPIO (CF, ART. 211, § 2º) - LEGITIMIDADE CONSTITUCIONAL DA INTERVENÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO EM CASO DE OMISSÃO ESTATAL NA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PREVISTAS NA CONSTITUIÇÃO - INOCORRÊNCIA DE TRANSGRESSÃO AO POSTULADO DA SEPARAÇÃO DE PODERES - PROTEÇÃO JUDICIAL DE DIREITOS SOCIAIS, ESCASSEZ DE RECURSOS E A QUESTÃO DAS 'ESCOLHAS TRÁGICAS' - RESERVA DO POSSÍVEL, MÍNIMO EXISTENCIAL, DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E VEDAÇÃO DO RETROCESSO SOCIAL - PRETENDIDA EXONERAÇÃO DO ENCARGO CONSTITUCIONAL POR EFEITO DE SUPERVENIÊNCIA DE NOVA REALIDADE FÁTICA - QUESTÃO QUE SEQUER FOI SUSCITADA NAS RAZÕES DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO - PRINCÍPIO 'JURA NOVIT CURIA' - INVOCAÇÃO EM SEDE DE APELO EXTREMO - IMPOSSIBILIDADE - RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO" (ARE 639.337-AgR/SP, Rel. Min. CELSO DE MELLO)

Cumprir destacar, neste ponto, por oportuno, ante a inquestionável procedência de suas observações, a decisão proferida pelo eminente Ministro MARCO AURÉLIO (RE 431.773/SP), no sentido de que, "Conforme preceitua o artigo 208, inciso IV, da Carta Federal, consubstancia dever do Estado a educação, garantindo o atendimento em creche e pré-escola às crianças (...). O Estado - União, Estados propriamente ditos, ou seja, unidades federadas, e Municípios - deve aparelhar-se para a observância irrestrita dos ditames constitucionais, não cabendo tergiversar mediante escusas relacionadas com a deficiência de caixa" (grifei). Isso significa, portanto, considerada a indiscutível primazia reconhecida aos direitos da criança e do adolescente (ANA MARIA MOREIRA MARCHESAN, "O princípio da prioridade absoluta aos direitos da criança e do adolescente e a discricionariedade administrativa", "in" RT 749/82-103), que a ineficiência administrativa, o descaso governamental com direitos básicos do cidadão, a incapacidade de gerir os recursos públicos, a incompetência na adequada implementação da programação orçamentária em tema de educação pública, a falta de visão política na justa percepção, pelo administrador, do enorme significado social de que se reveste a educação infantil, a inoperância funcional dos gestores públicos na concretização das imposições constitucionais estabelecidas em favor das pessoas carentes não podem nem devem representar obstáculos à execução, pelo Poder Público, notadamente pelo Município (CF, art.



ESTADO DE RORAIMA
 PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
 "Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

211, § 2º), da norma inscrita no art. 208, IV, da Constituição da República, que traduz e impõe, ao Estado, um dever inafastável, sob pena de a ilegitimidade dessa inaceitável omissão governamental importar em grave vulneração a um direito fundamental da cidadania e que é, no contexto que ora se examina, o direito à educação, cuja amplitude conceitual abrange, na globalidade de seu alcance, o fornecimento de creches públicas e de ensino pré-primário "às crianças até 5 (cinco) anos de idade" (CF, art. 208, IV, na redação dada pela EC nº 53/2006). Vale acentuar, finalmente, no tocante à alegada violação ao princípio da isonomia, em que se fundamentou o acórdão ora recorrido, que o Ministério Público Federal, ao opinar sobre essa questão, corretamente destacou, em seu douto parecer, da lavra do ilustre Subprocurador-Geral da República Dr. ODIM BRANDÃO FERREIRA, passagem a seguir reproduzida, que bem revela a legitimidade da pretensão recursal ora em exame: "O argumento da isonomia não se presta ao caso por redundar em afastar, de forma completa, a eficácia e a busca da efetividade do direito previsto constitucionalmente. Como não há discricionariedade do administrador, a omissão nesses casos já não se encerra no âmbito de discricionariedade, mas passa a representar violação dos mencionados direitos subjetivos. Disso decorre a ilegitimidade do condicionamento do direito à observância de lista de excedente, que nem sequer poderia existir." (grifei) Sendo assim, e tendo em consideração as razões expostas, dou provimento ao presente recurso extraordinário (CPC/15, art. 932, VIII, c/c o RISTF, art. 21 § 1º), em ordem a restabelecer a sentença proferida pelo ilustre magistrado estadual de primeira instância. Publique-se. Brasília, 12 de maio de 2016. Ministro CELSO DE MELLO Relator

(RE 956475, Relator(a): Min. CELSO DE MELLO, julgado em 12/05/2016, publicado em PROCESSO ELETRÔNICO DJe-100 DIVULG 16/05/2016 PUBLIC 17/05/2016)

A Administração Pública pode ser obrigada, por decisão do Poder Judiciário, a manter estoque mínimo de determinado medicamento utilizado no combate a certa doença grave, de modo a evitar novas interrupções no tratamento. Não há violação ao princípio da separação dos poderes no caso. Isso porque com essa decisão o Poder Judiciário não está determinando metas nem prioridades do Estado, nem tampouco interferindo na gestão de suas verbas. O que se está fazendo é controlar os atos e serviços da Administração Pública que, neste caso, se mostraram ilegais ou abusivos já que, mesmo o Poder Público se comprometendo a adquirir os medicamentos, há falta em seu estoque, ocasionando graves prejuízos aos pacientes. Assim, não tendo a Administração adquirido o medicamento em tempo hábil a dar continuidade ao tratamento



ESTADO DE RORAIMA
 PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

dos pacientes, atuou de forma ilegítima, violando o direito à saúde daqueles pacientes, o que autoriza a ingerência do Poder Judiciário. STJ. 1ª Turma. RE 429903/RJ, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, julgado em 25/6/2014 (Info 752).

95. Levando-se a questão à uma conformação dos critérios interpretativos constitucionais, à luz do ideal de separação dos Poderes, o princípio da justeza ou exatidão funcional visa justamente inviabilizar que por interpretação se possa deformar a distribuição de competências.

96. Gonçalves afirma que o princípio *"compreende uma delimitação de competências entre órgãos – consequência da separação de poderes -, razão pela qual nenhuma interpretação realizada por um órgão pode conduzir a uma usurpação de competências ou função para com os demais"*.²⁶

97. De acordo com o professor Marcelo Novelino, o dito princípio *"atua no sentido de impedir que os órgãos encarregados da interpretação da Constituição, sobretudo o Tribunal Constitucional, cheguem a um resultado contrário ao esquema organizatório-funcional estabelecido por ela."*²⁷

98. Constata-se, portanto, que a pretensão deduzida em Juízo é justamente para manter a conformidade estrutural das competências delineadas da Constituição Federal, obrigando a União a cumprir o seu papel institucional.

V. DA TUTELA DE URGÊNCIA

99. Em sintonia com o texto do Código de Processo Civil, este Pretório Excelso poderá conceder tutela provisória quando presentes os requisitos exigidos.

100. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a **probabilidade do direito** e o **perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo**, admitido pela própria legislação (art. 300 do CPC) quando ensejam relevantes os fundamentos da ação ordinária e quando o ato impugnado puder resultar **perigo de dano irreparável ou de difícil reparação aos substituídos, como está ocorrendo no caso em apreço**.

101. Ou mesmo pelo instituto da **tutela de evidência** (art. 311, IV do CPC), de modo que o arcabouço probatório (prova documental) é suficiente para constatar os fatos constitutivos do direito do Autor, a que o réu não tem como opor situações que gerem dúvidas razoáveis.

²⁶ GONÇALVES, Bernardo. *Curso de Direito Constitucional*. Editora Juspodivm. 2013, p. 188.

²⁷ NOVELINO, Marcelo. *Direito Constitucional*. São Paulo: Editora Método, 2009, 3ª ed. p. 79.



ESTADO DE RORAIMA
 PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
 "Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

102. Há plausibilidade jurídica quanto à tese apresentada por meio da presente *actio*, seja pelo que preceitua o ordenamento jurídico brasileiro ou pelo que dispõem as normas nacionais e internacionais a respeito do tema (*fumus boni juris*).

103. Ressalte-se que o texto constitucional prevê como fundamento do Estado Democrático de Direito a dignidade da pessoa humana, bem como diversos outros direitos aplicados ao caso, a saber: **saúde, segurança, proteção aos direitos humanos, controle na fronteira, resguardo à vigilância sanitária, defesa dos refugiados e etc**, que no caso em tela encontram-se flagrantemente afrontados face à **omissão da União** em cumprir seu papel federativo na fronteira em que se situa o Estado de Roraima.

104. Além da clara afronta ao texto constitucional, importante que se diga que o **aumento descontrolado do fluxo migratório** de venezuelanos sobressalta, notadamente quando analisado sob a perspectiva de que a República Bolivariana da Venezuela conta com cerca de 30 milhões de habitantes.

105. A situação é tão grave - requerendo medida imediata e enérgica -, que uma criança **veio a óbito** em razão de doença erradica no Brasil, justamente em função da omissão no controle na fronteira com a Venezuela, senão vejamos:

Criança venezuelana com sarampo morre em Boa Vista

Vítima, de 4 anos, chegou resmungando e com sintomas da doença; há 18 casos suspeitos no Estado de Roraima

Comunicado Especial para o Estado
 02 Março 2018 | 22h11

SIGA O ESTADÃO

106. Ademais, não se pode olvidar que o Requerente é o Estado mais pobre da Federação e, cf. esclarecido alhures, **tem suportado, individualmente, todas as dificuldades de ordem econômica e social decorrente de tal crise imigratória** - sobretudo **pela omissão sistêmica da União nas fronteiras** -, o que pode ser visualizado, *v.g.*, quando da análise dos gastos com a saúde pública dos imigrantes, que no último ano alcançou a cifra assombrosa de R\$ 70 milhões de reais, cf. se evidencia dos relatórios anexos.

107. Ademais, nota-se que o **controle, fiscalização e a vigilância em área de fronteira** é medida imprescindível, sobretudo por ser um mandamento constitucional, **de modo a evitar a entrada de objetos ilícitos, o cometimento de crimes e manter o controle sanitário nacional** (tudo de competência da União).

108. Portanto, está igualmente atendido o requisito do *periculum in mora*, a autorizar o deferimento da medida de urgência requestada.



ESTADO DE RORAIMA
 PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
 "Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

109. Vale lembrar, que a implementação de tutela antecipada não irá contrariar os mandamentos do art. 300, § 3º, do CPC²⁸, vez que o pedido em sede de cognição sumária restringe-se à obrigar a União a fazer o que lhe manda a Constituição, sem gerar qualquer impossibilidade de irreversibilidade dos efeitos da decisão, pois em última análise estará cumprindo o interesse público requerido, **o que por si só já se torna incogitável pensar em se reverter o que se tem como obrigação constitucional à população.**

110. A necessidade da concessão da medida liminar se demonstra categórica. Ademais, consigne-se que apesar de saber dos filtros indicados pelas Leis nºs **8.437/92; 12.016/2009 e 9.494/97**, o Magistrado deve fazer **outro filtro à luz da Constituição** sob a perspectiva do **novo eixo-hermenêutico pós-positivista**, de modo a não tornar letra morta os mandamentos de otimização da Constituição da República, não se podendo deixar **comprometer o núcleo básico que qualifica o mínimo existencial, a segurança social e os direitos humanos**, ainda mais nas proporções aqui aventadas.

111. Tudo isso se torna superlativo, quando abala, ainda, a estrutura delineativa do Pacto Federativo, no qual determinado ente federativo se omite ao ponto de poder causar uma inconsistência que poderá chegar em nível nacional.

112. Ademias, não se pode esquecer que em situações análogas, o Supremo Tribunal Federal – STF já possibilitou medida liminar para obrigar a União a tomar medidas executivas, bem como liberar "recursos" para cumprimento de medidas administrativas, *in verbis*:

Decisão: O Tribunal, apreciando os **pedidos de medida cautelar formulados na inicial**, por maioria e nos termos do voto do Ministro Marco Aurélio (Relator), **deferiu a cautelar em relação à alínea "b"**, para **determinar** aos juízes e tribunais que, observados os artigos 9.3 do Pacto dos Direitos Cívicos e Políticos e 7.5 da Convenção Interamericana de Direitos Humanos, **realizem**, em até noventa dias, audiências de custódia, viabilizando o comparecimento do preso perante a autoridade judiciária no prazo máximo de 24 horas, contados do momento da prisão, com a ressalva do voto da Ministra Rosa Weber, que acompanhava o Relator, mas com a observância dos prazos fixados pelo CNJ, vencidos, em menor extensão, os

²⁸ Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.
 [...]

§ 3º A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão.



ESTADO DE RORAIMA
 PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
 "Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

Ministros Teori Zavascki e Roberto Barroso, que delegavam ao CNJ a regulamentação sobre o prazo da realização das audiências de custódia; em relação à alínea "h", por maioria e nos termos do voto do Relator, **deferiu a cautelar para determinar à União que libere o saldo acumulado do Fundo Penitenciário Nacional para utilização com a finalidade para a qual foi criado**, abstendo-se de realizar novos contingenciamentos, vencidos, em menor extensão, os Ministros Edson Fachin, Roberto Barroso e Rosa Weber, que fixavam prazo de até 60 (sessenta) dias, a contar da publicação desta decisão, **para que a União procedesse à adequação para o cumprimento do que determinado**; indeferiu as cautelares em relação às alíneas "a", "c" e "d", vencidos os Ministros Relator, Luiz Fux, Cármen Lúcia e o Presidente, que a deferiam; indeferiu em relação a alínea "e", vencido, em menor extensão, o Ministro Gilmar Mendes; e, por unanimidade, indeferiu a cautelar em relação à alínea "f"; em relação à alínea "g", por maioria e nos termos do voto do Relator, o Tribunal julgou prejudicada a cautelar, vencidos os Ministros Edson Fachin, Roberto Barroso, Gilmar Mendes e Celso de Mello, que a deferiam nos termos de seus votos. **O Tribunal, por maioria, deferiu a proposta do Ministro Roberto Barroso, ora reajustada, de concessão de cautelar de ofício para que se determine à União e aos Estados, e especificamente ao Estado de São Paulo, que encaminhem ao Supremo Tribunal Federal informações sobre a situação prisional, vencidos os Ministros Marco Aurélio (Relator), que reajustou seu voto, e os Ministros Luiz Fux, Cármen Lúcia e Presidente. Ausente, justificadamente, o Ministro Dias Toffoli. Presidiu o julgamento o Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 09.09.2015.**

113. Assim, diante da probabilidade do direito alegado, *concessa venia*, alternativa não resta senão **conceder a tutela de urgência** requerida para ordenar à Requerida o **imediato implemento efetivo das ações de segurança, políticas públicas e atuação na saúde e vigilância sanitária na fronteira Brasil/Venezuela**, a fim de impedir que o fluxo imigratório desordenado produza efeitos mais devastadores à sociedade, bem como obrigue a União a **repassar imediatamente os recursos** voltados às áreas respectivas para garantir o cumprimento categórico dos serviços essenciais que o Estado de Roraima vem desenvolvendo sem qualquer apoio.



ESTADO DE RORAIMA
 PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
 "Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

VI. DOS PEDIDOS

114. Ante ao exposto, requer a esta Suprema Corte Federal, as seguintes providências:

a) a concessão de tutela de urgência, *inaudita altera parte*, para:

a.1) **considerando o art. 324, II, do CPC**, ordenar à Requerida a imediata atuação na área de fronteira Brasil/Venezuela, a fim de impedir que o fluxo migratório desordenado produza efeitos mais devastadores à sociedade brasileira, em específico no Estado de Roraima, **obrigando a União a promover medidas administrativas na área de controle policial, saúde e vigilância sanitária**, sob pena de se manter o abalo indesejado do Pacto Federativo e um estado crítico de coisas inconstitucional, violando, por inação da União na área de sua competência, em **violações sistêmicas aos direitos humanos relacionados à segurança, saúde e vigilância sanitária**.

a.2) **considerando o art. 324, II, do CPC**, determinar que a Requerida efetue a **imediata transferência de recursos adicionais** para suprir os custos suportados pelo Requerente, especialmente com saúde e educação dos venezuelanos estabelecidos em território roraimense, na forma dos artigos 6º e 7º, da MP 820/2018, **pois a omissão da União no controle e na atuação administrativa na área fronteiriça**, sem repassê de qualquer recurso ao Estado de Roraima, acarreta, inexoravelmente, no descumprimento dos deveres federativos determinados pela Constituição Federal, fomentando, indevidamente, a sistematização de violação de direitos humanos.

a.3) Para que a União seja compelida a **fechar temporariamente a fronteira Brasil-Venezuela** a fim de impedir que o fluxo migratório desordenado produza efeitos mais devastadores aos brasileiros e estrangeiros residentes no Estado de Roraima; **ou, que a União seja compelida a limitar o ingresso de refugiados venezuelanos** a uma quantidade compatível com a capacidade do Estado Brasileiro de acolher e prover as necessidades básicas de tais estrangeiros, até que

35



ESTADO DE RORAIMA
 PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
 "Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

sejam minimizados e corrigidos os impactos sociais e econômicos decorrentes dos milhares de estrangeiros que estão no Estado de Roraima.

b) a citação da Requerida para, querendo, contestar a demanda;

c) a intimação da Exma. Senhora Procuradora-Geral da República, para atuar no feito;

d) a procedência do pedido de mérito, para, confirmando-se a tutela de urgência requerida, ordenar à UNIÃO a adotar uma atuação efetiva na área de fronteira Brasil/Venezuela, a fim de impedir que o fluxo migratório desordenado produza efeitos mais devastadores à sociedade brasileira, em específico no Estado de Roraima, obrigando a União a promover medidas administrativas na área de controle policial, saúde e vigilância sanitária, sob pena de se manter o abalo indesejado do Pacto Federativo e um estado crítico de coisas inconstitucional, violando sistemicamente, por inação na área de sua competência, direitos humanos relacionados à segurança, saúde e vigilância sanitária; bem como que seja determinada a transferência de recursos adicionais para suprir os custos suportados pelo Requerente, especialmente com saúde e educação dos venezuelanos estabelecidos em território roraimense, na forma dos artigos 6º e 7º, da MP 820/2018, pois a omissão da União no controle e na atuação administrativa na área fronteiriça, sem repasse de qualquer recurso ao Estado de Roraima, acarreta, inexoravelmente, o descumprimento dos deveres federativos determinados pela Constituição Federal, fomentando, indevidamente, a sistematização de violação de direitos humanos

e) procedência do pedido para, confirmando-se a tutela de urgência requerida, ordenar à UNIÃO a fechar temporariamente a fronteira Brasil-Venezuela a fim de impedir que o fluxo migratório desordenado produza efeitos mais devastadores aos brasileiros e estrangeiros residentes no Estado de Roraima; ou, que a União seja compelida a limitar o ingresso de refugiados venezuelanos a uma quantidade compatível com a capacidade do Estado Brasileiro de acolher e prover as necessidades básicas de tais estrangeiros, até que sejam minimizados e corrigidos os impactos sociais e econômicos decorrentes dos milhares de estrangeiros que estão no Estado de Roraima.

f) Pretende provar o alegado por meio das provas admitidas em direito, especialmente a documental já acostada à exordial.



ESTADO DE RORAIMA
 PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
 "Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

Dá-se à causa o valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), para efeitos meramente fiscais.

Termos em que, aguarda deferimento.

De Boa Vista (RR) p/ Brasília (DF), 12 de abril de 2018.

SUELY CAMPOS
 Governadora do Estado de Roraima

AURÉLIO TADEU DE MENEZES CANTUÁRIA JÚNIOR
 Procurador-Geral do Estado

EDUARDO CARTE MORON
 Procurador-Geral do Estado Adjunto

TONES MERLO
 Procurador do Estado

Impresso por: 302874299
 Em: 13/04/2018 15:07:07